

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Lei Municipal nº 1378/94**  
**Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

**Ata nº 009/2021**

- 1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS,  
 2 realizada no dia 21 de setembro de 2021, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros  
 3 e a Secretária Executiva do conselho Sra. Maria Elaine Haiek, conforme lista de presença abaixo:

<b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2021</b>			
<b>CONSELHEIRO</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE</b>		<b>AGOSTO</b>
			<b>AGO</b>
Rodrigo Salvador Lachi	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
Samanta Lima Venâncio	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	***
Tarciana Vasconcelos da Silva	TITULAR	GOVERNO - SMS	P
Nadia Alexandre de S. Queiroz dos Santos	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	P
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	P
Kelly Maria Gonzaga de Queiroz Ursini	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	***
Paulo Roberto Paes Musa	TITULAR	GOVERNO - SEMES	P
Guilherme de Souza Farinhas	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	***
Paulo Henrique Montenegro Lopes Ferreira	TITULAR	GOVERNO - SECULT	P
Breno Magalhães Oliveira de Mesquita	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	***
Luiz Otávio Galvão de Barros	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	P
Mauricio Valente Souto de Castro	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***
Fernanda Muniz	TITULAR	GOVERNO - COHAB	P
Viviane Christina da Mota Souza	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	P
Luiz Fernando Carvalho de Souza	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
Glauca Cristina Silva de Oliveira	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	P
Renata de Souza	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	***
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Cruzada das Senhoras Católicas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Associação Comunidade Mãos Dadas	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
CAMPS	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Sociedade de São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Vidas Recicladas	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
FORT-SUAS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Mirian da Silva	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Margarett Samara Soares	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	F
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Marilda Paixão Isaias dos Santos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Leticia Branquinho Dorigan	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***

Gislayne Kristyna Pereira Custódio	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Fernanda de Souza Santos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Hagnis Cavalcanti	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Luciléia Siqueira dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Iasmin Siqueira Morais dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F

4 A reunião foi realizada às nove horas e dez minutos com segunda chamada. O Presidente do conselho  
5 Sr. Rodrigo inicia a reunião agradecendo os presentes e fazendo a leitura da pauta proposta na reunião  
6 da Diretoria Executiva, a qual está elencada: Apreciação e aprovação da Ata da Assembleia Geral deste  
7 conselho ocorrida no dia dezessete de agosto do corrente; Revalidação de inscrição das ofertas das  
8 organizações sociais: Fundação Lusíadas; Legião da Boa Vontade- LBV; Educandário Santista; Associação  
9 de Promoção e Assistência Social- Estrela do Mar- APASEM; Lar Espirita Mensageiro da Luz; Associação  
10 Sagrada Família; Congregação das Missionárias da Caridade; Apreciação e Deliberação da Minuta do  
11 projeto de lei do suas; apreciação e deliberação dos benefícios eventuais no município; apreciação e  
12 deliberação das propostas da XIV Conferência municipal de assistência social, indicação de  
13 representantes do conselho municipal de assistência social para compor a comissão do pleito eleitoral  
14 para o biênio dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e três; informes do conselho, relato da comissão de  
15 política de assistência (situação da inscrição da Instituição Lar Santo Expedito), relato da Instância de  
16 Controle Social do Programa Bolsa Família; relato da Comissão de Finanças (custo dos Serviços), relato  
17 da Diretoria Executiva; informes do gestor (relato da comissão de seleção); e por fim assuntos gerais. A  
18 Organização social Fundação Lusíada não compareceu para expor suas atividades durante o ano, mas a  
19 mesma realizou sua apresentação na comissão de políticas; a representante da Legião de Boa Vontade  
20 – LBV, relatou que sua oferta está voltada a Convivência e fortalecimento de vínculos, sendo ofertado  
21 para crianças e adolescentes na faixa etária de seis a quinze anos, bem como jovens e adultos em  
22 situação de vulnerabilidade social, a meta de atendimento é de cento e dez pessoas, a representante  
23 Tereza coloca que o atendimento foi inicialmente efetuado de forma online, mas que já retornaram as  
24 atividades presenciais, Rodrigo coloca que a instituição apresentou suas atividades na reunião da  
25 comissão de políticas, sendo aprovada sua revalidação; a seguir a organização social Educandário  
26 santista representada pela técnica Edvania coloca que a organização social tem suas atividades voltadas  
27 ao empreendedorismo através de cursos voltados a área da beleza e que neste período de pandemia  
28 utilizou os próprios alunos como modelos para os cursos realizados, estão de volta ao presencial, mas  
29 que alguns cursos não foram interrompidos, como o da barbearia por exemplo, seguindo segundo ela  
30 os protocolos exigidos neste período de pandemia, a Técnica Fernanda que está representando a  
31 organização Social, voltada a convivência e fortalecimento de vínculos atende crianças jovens, adultos e  
32 idosos, nas dependências do centro de referência da Assistência Social em parceria com a Secretaria de  
33 Desenvolvimento Social, sua exposição foi por chat os conselheiros leram as mensagens e aprovaram a  
34 revalidação da organização social nas duas modalidades de atendimento; A Organização Social  
35 Associação de promoção e Assistência Social, Estrela do Mar APASEM, tendo suas atividades voltadas a  
36 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com a representante Adriana coloca que a mesma atende  
37 idosos em atividades e que no momento as usuárias dos serviços estão trabalhando suas mobilidades,  
38 pois segundo ela durante a pandemia as idosas ficaram isoladas em suas casas participando de  
39 atividades de forma online; Rodrigo agradece e confirma com os conselheiros a aprovação da  
40 revalidação da Organização Social, aprovada sua revalidação. A próxima Organização Social a se  
41 apresentar foi o Lar Espirita Mensageiros da Luz que tem como objetivo atender no Serviço de  
42 Acolhimento de Pessoas com Paralisia Cerebral, representado pela Senhora Elga, a qual coloca que não  
43 houve interrupção dos trabalhos, coloca também que as atividades externas foram suspensas, mas com  
44 a abertura dos espaços tais como aquário e orquidário houve um retorno das atividades para estes  
45 locais, e os voluntários também retornaram para ajudar na locomoção por cadeiras de rodas dos  
46 assistidos, quanto a visita das famílias está retornando aos poucos, pois durante o auge de pandemia os  
47 contatos foram efetuados de forma virtual, foi colocado que algumas famílias ainda não se sentem

48 seguras para efetuar as visita de forma presencial. Rodrigo agradece a exposição e coloca para  
49 aprovação sendo aprovado a revalidação da Organização Social; As organizações Sociais Associação  
50 Sagrada família e Congregação das Missionárias de Caridade não se pronunciaram para expor suas  
51 atividades ficando para a próxima assembleia geral a exposição; Rodrigo dá continuidade com a  
52 apreciação da minuta da Lei do SUAS , o presidente solicitou que a equipe da Secretaria executiva do  
53 conselho fizesse a leitura da mesma, o que ocorreu e como tem dois pareceres um favorável pelo  
54 departamento jurídico da prefeitura que ocorreu no mês de novembro de dois mil e vinte e outro  
55 desfavorável que ocorreu neste ano de dois mil e vinte e um, pelo mesmo departamento pontuando a  
56 inconstitucionalidade da aprovação desta minuta da Lei com o percentual financeiro de cinco por cento  
57 destinado a política de Assistência Social colocado no orçamento do Município, visto que segundo eles  
58 a carta magna propõe a destinação financeira fechada como obrigatoriedade de percentual financeiro  
59 para a Política de Saúde e Política da Educação, por tanto o conselheiro delibera que seja discutido na  
60 próxima reunião da comissão de finanças estar sendo utilizado um percentual financeiro para a  
61 contratação de uma assessoria jurídica; pois segundo Rodrigo não foi usado todo o orçamento de cinco  
62 por cento do índice de Gestão Descentralizada IGD, nos gasto da décima quarta conferência de  
63 Assistência Social do Município. Rodrigo continua sua fala pautando sobre os benefícios eventuais.  
64 Dando continuidade coloca que o Conselho Estadual de Assistência Social , traz critérios para que seja  
65 recebido de forma ampliada os benefícios eventuais, mas que o Município de Santos não possui uma Lei  
66 que regulamenta o Benefício Eventual, coloca também que os município de São Vicente e Mongaguá já  
67 estão com os benefícios Eventuais regulamentados, e que a resolução de dois mil e vinte deste conselho  
68 ampliou para os kits de Higiene, mas ainda falta outros itens a serem regulamentados, e que vai  
69 encaminhar para o Estado o aceite para que possamos estar elegíveis para o recebimento dos benefícios  
70 eventuais no município. A seguir Rodrigo fez a leitura das proposta aprovadas na conferência e  
71 encaminhadas para a publicação no Diário oficial do município, e dá continuidade colocando que o  
72 conselho estará com a comissão da conferência para que esteja analisando o cumprimento das  
73 propostas pela Secretaria de desenvolvimento Social do Município, quando foi questionado se no dia  
74 vinte e dois teria reunião da comissão da conferência, ficou acertado que sim as quatorze horas, visto  
75 que a conselheira Marilda coloca que devemos fechar os acontecimentos do evento. Aprovado por  
76 todos, Rodrigo dá continuidade falando sobre a inscrição da organização Social Santo Expedito e que  
77 estamos aguardando um parecer jurídico sobre esse fato, a senhora Mayara coloca que devemos estar  
78 compondo uma comissão para também estarmos analisando as questões apresentadas nessa  
79 Organização Social e na oportunidade a conselheira Marilda coloca que a comissão foi aprovada na  
80 comissão de Políticas em Agosto, mas a conselheira Rayssa coloca que ela e a conselheira Margaret,  
81 não podem estar nessa comissão pois estão diretamente envolvidas no atendimento as crianças e  
82 adolescentes no espaço desta Instituição, após a intervenção da secretaria de desenvolvimento social  
83 do município, ficando assim acordado que na próxima reunião da comissão de políticas serão escolhidas  
84 as pessoas que estarão compondo a comissão de análise desta questão. Rodrigo dá continuidade  
85 colocando sobre a pauta da escolha da comissão para o pleito eleitoral para a escolha dos conselheiros  
86 do biênio dois mil e vinte e dois mil e vinte e três, sendo que se manifestaram a conselheira Aurora, a  
87 conselheira Marilda e o presidente do Conselho Rodrigo, sendo aprovado pelo conselho. Outra pauta  
88 posta foi quanto ao aceite de um percentual financeiro de vinte e sete mil reais para a ampliação de  
89 vagas voltadas aos serviços de Acolhimento a população em situação de rua, neste quesito Rodrigo  
90 efetua a leitura do Plano de trabalho do município e elenca neste os serviços de atendimento de  
91 execução direta na modalidade abrigo para a população em situação de rua, sendo eles Serviço de  
92 acolhimento provisório, ao migrante, indivíduo e famílias–SEACOLHE- AIF, Serviço de Acolhimento de  
93 Longa permanência a população em situação de rua, SEABRIGO AIF e a ao serviço de Abrigo emergencial  
94 a população em situação de rua, sendo aprovado por todos os conselheiros. Rodrigo faz o relato das  
95 comissões conforme a pauta e colocando também sobre a medida provisória do Auxilio Brasil que vem  
96 substituir o Programa Bolsa Família , dando continuidade à reunião a conselheira Marilda coloca que o  
97 conselho se manifestou desfavorável ao projeto de lei que está tramitando na Assembleia legislativa  
98 sobre tornar elegíveis para a adoção das famílias do Programa família Acolhedora , pois essa família atua

99 na modalidade abrigo e tornar as mesma elegíveis para a adoção estariam perdendo a finalidade deste  
100 Serviço que é voltado ao abrigo provisório de crianças a adolescentes em risco pessoal e social na forma  
101 de família Acolhedora. Programa este contido no Bojo da Tipificação Nacional da Assistência Social, bem  
102 como no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo aprovados pelos presentes o presidente Sr.  
103 Rodrigo Salvador Lachi finaliza a reunião às 12:25.

104

105

106

107

108

109

---

**Rodrigo Salvador Lachi**  
**Presidente - CMAS**

---

**Maria Elaine Haiek**  
**Secretária Executiva – CMAS**